Revista Espaço do Currículo
ISSN 1983-1579
Doi: 10.15687/rec
http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php

10.15687/rec.v19i3.80132
ARTIGO

AS VIOLÊNCIAS CONTRA PROFESSORES NO BRASIL: COERÇÃO, CONSENSOS E CONTROLE CURRICULAR

VIOLENCE AGAINST TEACHERS IN BRAZIL: COERCION, CONSENSUS, AND CURRICULUM CONTROL

VIOLENCIA CONTRA LOS PROFESORES EN BRASIL: COACCIÓN, CONSENSO Y CONTROL CURRICULAR

Felipe da Silva Chaves[1] 0009-0003-9587-5466
Rodrigo Diego de Souza[2] 0000-0002-4157-6116

[1] Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil; silvachavesfelipe@gmail.com
[2] Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil; professor.rodrigosouza@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho analisa, com base nos referenciais teóricos de Antonio Gramsci e Michael Apple, a materialização da associação entre consenso, coerção e Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) na perseguição e na autocensura docente, e a forma como esses processos operam como mecanismos de controle curricular e de seleção de conhecimentos escolares. O estudo utiliza como procedimento metodológico a análise dos dados da pesquisa do Observatório Nacional da Violência contra Educadores (ONVE, 2025), que coletou informações por meio de questionário online e entrevistas com professores das cinco regiões do país. Os resultados indicam que 90% dos educadores já sofreram censura direta ou indireta, com 44% relatando episódios recorrentes. Além disso, identificam-se mecanismos de coerção como intimidação, questionamentos agressivos e proibições explícitas de conteúdo, enquanto o consenso é produzido por APHs e intelectuais que disseminam discursos reacionários, como o movimento "Escola sem Partido". Conclui-se que a autocensura afeta 77% dos docentes, mesmo entre aqueles afetados indiretamente por ações de censura, evidenciando a eficácia da hegemonia conservadora, que restringe a autonomia profissional e impacta a saúde mental dos educadores, configurando um problema de saúde pública.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; censura; conservadorismo; hegemonia; currículo.

ABSTRACT:

The present study analyzes, based on the theoretical frameworks of Antonio Gramsci and Michael Apple, the materialization of the association between consensus, coercion and Private Hegemonic Apparatuses (PHAs) in the persecution and self-censorship of the teaching profession, and how these processes operate as mechanisms of curricular control and the selection of school knowledge. It adopts as its methodological procedure the analysis of the data from the research conducted by the National Observatory of Violence against educators (ONVE, 2025), which collected information through an online questionnaire and interviews with teachers from Brazil's five regions. The results indicate that 90% of educators have already experienced direct or indirect censorship, with 44% reporting recurrent episodes. Coercion mechanisms are identified, such as intimidation, aggressive questioning, and explicit content prohibitions, while consensus is produced by PHAs and organic intellectuals who disseminate

RECEBIDO: 20/08/2026 **APROVADO**: 23/09/2026 **PUBLICADO**: 27/11/2026

reactionary discourses, such as the "Escola sem Partido" (School without Party) movement. It is concluded that self-censorship affects 77% of teachers, even among those indirectly affected by censorship actions, highlighting the effectiveness of conservative hegemony, which restricts professional autonomy and impacts educators' mental health, constituting a public health problem.

Keywords: Antonio Gramsci; censorship; conservatism; hegemony; curriculum.

RESUMEN:

El presente trabajo analiza, con base en los referentes teóricos de Antonio Gramsci y Michael Apple, la materialización de la asociación entre consenso, coerción y Aparatos Privados de Hegemonía (APHs) en la persecución y la autocensura docente, y de qué forma esos procesos operan como mecanismos de control curricular y de selección de conocimientos escolares. Utiliza como procedimiento metodológico el análisis de los datos de la investigación del Observatorio Nacional de la Violencia contra Educadores (ONVE, 2025), que recopiló información mediante cuestionarios en línea y entrevistas con profesores de las cinco regiones del país. Los resultados indican que el 90% de los educadores ya han sufrido censura directa o indirecta, con un 44% que reporta episodios recurrentes. Se identifican mecanismos de coerción como intimidación, cuestionamientos agresivos y prohibiciones explícitas de contenido, mientras que el consenso es producido por APH e intelectuales orgánicos que difunden discursos reaccionarios, como el movimiento "Escola sem Partido". Se concluye que la autocensura afecta al 77% de los docentes, incluso entre aquellos afectados indirectamente por acciones de censura, evidenciando la eficacia de la hegemonía conservadora, que restringe la autonomía profesional e impacta la salud mental de los educadores, configurando un problema de salud pública.

Palabras clave: Antonio Gramsci; censura; conservadurismo; hegemonía; currículum.

Introdução

Esta pesquisa se insere no campo de estudos sobre o Trabalho Docente e Políticas Educacionais, em desenvolvimento no FilPEC – Grupo de estudos e pesquisas em Filosofia, Políticas educacionais e Educação em Ciências (UFSC/UnB), no qual se desenvolvem estudos relacionados a políticas educacionais e curriculares. A pesquisa justifica-se pelos frequentes ataques sofridos pela classe docente brasileira, provenientes de atores que representam a aliança conservadora ou são influenciados por suas ideias.

Este artigo apresenta os dados preliminares de uma pesquisa mais ampla, que tem por objetivo analisar as implicações dos ataques dos movimentos neoconservadores no ensino de Ciências e Biologia.

Nessa direção, com base no referencial teórico de Antonio Gramsci (2007) e no conceito de aliança conservadora de Michael Apple (2002; 2003; Apple *et al.*, 2022), este artigo discute a materialização da associação entre consenso, coerção e Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) na perseguição, no silenciamento e na autocensura da classe docente brasileira.

Metodologicamente, apresenta-se a análise documental de dados secundários

provenientes da pesquisa do Observatório Nacional da Violência contra Educadores (ONVE, 2025), que coletou informações por meio de questionário online e entrevistas com professores das cinco regiões do país, a partir do referencial gramsciano (2007) e de Apple (2002; 2003; Apple *et al.*, 2022).

Os dados do estudo intitulado *Um estudo quantitativo sobre a perseguição de educadoras/es no Brasil,* coletados pelo Observatório Nacional da Violência Contra Educadores da Universidade Federal Fluminense (ONVE/UFF), contribuem para a análise crítica dos ataques sofridos pela classe docente brasileira por agentes que representam a aliança conservadora ou são influenciados por suas ideias (ONVE, 2025).

A partir desse contexto, utilizando Antonio Gramsci (2007) e Apple (2002; 2003; Apple *et al.*, 2022) como referenciais teóricos e analíticos, apresenta-se neste artigo a análise dos dados do relatório do ONVE, buscando responder como a associação entre consenso, coerção e Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) se materializa na perseguição e na autocensura docente, e de que forma esses processos operam como mecanismos de controle curricular e de seleção de conhecimentos escolares. Apresentam-se, a seguir, os referenciais teórico-analíticos e a discussão dos dados do relatório do ONVE a partir desses referenciais.

A relação Estado, educação, currículo e sociedade diante da aliança conservadora

A Educação, em diferentes marcos teóricos, pode ser vista como uma ferramenta de ascensão social para os membros da classe trabalhadora na sociedade, e se materializa como ação fundamental na formação humana (Souza, 2019). Essa formação, no entanto, não ocorre no vazio, ela se realiza por meio do currículo, que não é um documento neutro ou apenas uma lista de conteúdos, mas pode ser interpretado como uma seleção cultural, na qual são realizadas escolhas de inclusão ou exclusão, entre todo o conhecimento socialmente produzido, daquilo que é considerado legítimo de ser ensinado e daquilo que é silenciado ou removido. Essa seleção não é arbitrária, mas sim atravessada por relações de classe, poder e ideologia e, por isso, o currículo constitui também um território de disputa.

Os indivíduos presentes no chão da escola têm historicidade, pertencem a uma determinada classe social, reproduzem conceitos oriundos de seus núcleos familiares e sociais e são afetados pelo ambiente de maneiras distintas. A escola não é uma ilha apartada da sociedade, ela transforma desigualdades econômicas em desigualdades educacionais (Freitas, 1994) e, na mesma medida, transforma disputas sociais mais amplas em disputas pelo que deve

ou não compor o currículo escolar.

O modelo econômico vigente, o capitalismo, permeia todas as relações sociais e econômicas da sociedade contemporânea, principalmente no que diz respeito ao controle social do tempo através de jornadas de trabalho exaustivas que diminuem o tempo hábil de lazer da classe trabalhadora. Aliado a isso, o sistema educacional capitalista impõe uma educação para o mercado de trabalho alienante para manter a classe trabalhadora dominada (Mészáros, 2008). A exaustão afasta trabalhadores e estudantes dos movimentos sociais e das disputas em torno de qual conhecimento circula na escola.

O papel do Estado na construção da Educação em um país se faz presente nas políticas educacionais, que são um território em disputa. Nesse espaço, atores políticos mobilizam forças para construir a Educação de acordo com seus valores, determinando quais conhecimentos serão selecionados, legitimados, silenciados ou excluídos dos currículos escolares. Na sociedade capitalista em que vivemos, a lógica do capital de acumulação de lucro é empregada à Educação, por consequência, ao currículo, na sociedade capitalista a Educação foi instrumentalizada para "[...] fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes" (Mészáros, 2008, p. 35).

Em contraponto a isso, Mészáros (2008) defende que a educação deve ser permanente, caso contrário, não é educação. Além disso, a educação deve ser libertadora e ter como horizonte transformar o estudante em um ser que atua politicamente, de forma transformadora, dentro do seu contexto e almejando uma mudança de modelo econômico e político, permitindo a construção de um currículo capaz de superar o paradigma de apenas reproduzir o conhecimento oficial, mas que permita o acesso crítico a ele.

Outro ponto importante trazido por Mészáros (2008), em seu livro *A educação para além do capital,* é a defesa de que, no capitalismo, a educação é uma mercadoria, gerando a crise do sistema público, o qual é pressionado pelas demandas do capital e pelos cortes nos investimentos públicos. Essa mercantilização incide diretamente sobre o currículo, na medida em que passa a orientar-se por lógicas de produtividade e resultado, em detrimento da autonomia docente na seleção e no tratamento dos conhecimentos escolares.

Nessa perspectiva, Antonio Gramsci (2007) analisa as relações entre Estado e sociedade a partir do local onde viveu, a Itália das décadas de 1920 e 1930, a qual teve como cenário político-ideológico a ascensão do fascismo, que teve em Benito Mussolini a figura central desse movimento. Os escritos de Gramsci (2007) analisam os fatores ideológicos e políticos que

contribuem para o aumento da complexidade das formas de expansão e dominação do capitalismo, não apenas os fatores econômicos (Masson, 2024). Um conceito a ser destacado é o de Estado Integral: para Gramsci (2007), o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais de uma sociedade, que se divide entre sociedade civil e sociedade política (Masson, 2024).

A sociedade civil não é, para Gramsci (2007), apenas um conjunto de indivíduos, mas sim o espaço no qual as disputas de ideias acontecem, onde atores políticos convencem a população de que um determinado projeto deve ser defendido ou não. O convencimento pode ser obtido através de Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) – o termo privado refere-se a instituições das quais as pessoas podem escolher ou não participar, transcendendo a mera oposição ao público – são instituições privadas que têm como objetivo gerar consenso em relação a determinada pauta ou projeto político ideológico, alguns exemplos de APHs são: fundações, institutos, escolas, sindicatos, igrejas, jornais, entre outros (Masson, 2024).

Nessa direção, os APHs são utilizados pela classe dominante para direcionar as classes aliadas para valores e concepções de mundo que sirvam aos seus interesses. Um exemplo de APH no Brasil seria o movimento "Escola sem Partido", que tem como objetivo censurar os professores em sala de aula para impedi-los de discutir e ensinar determinados tópicos, como gênero e sexualidade, por exemplo, mas o discurso é maquiado e disseminado para defender as crianças dos professores que supostamente doutrinam seus alunos em sala de aula (Penna, 2018; Penna; Aquino; Moura, 2024). Portanto, cabe levantar questionamentos: quais são os conhecimentos que os APHs legitimam na construção do currículo? E quais conhecimentos são atacados e silenciados?

Os atores envolvidos nesses movimentos, a partir do referencial de Gramsci (2007), podem ser caracterizados como intelectuais orgânicos, os quais internalizam e reproduzem tais discursos. Esses intelectuais também podem defender projetos contra-hegemônicos, diferentemente do exemplo anterior (Masson, 2024).

Por outro lado, sociedade política é o que normalmente é considerado por Estado (exército, polícia e judiciário por exemplo), que utiliza seu poder político para dominar as classes adversárias por meio da coerção. Desse modo, para Gramsci (2007) o Estado utiliza diversas ferramentas para conseguir convencer as massas sobre qual projeto de Nação (ou falta dele) seguir. Tanto o consenso quanto a coerção têm papéis importantes, mas a escolha de um ou de outro como ferramenta de ação dependerá do público-alvo, do momento histórico e do contexto. Porém, para produzir consenso não basta apenas o uso de violência como forma de

coerção, a cultura exerce papel fundamental na disputa pela hegemonia, já que "[...] a cultura não é a erudição dos sábios, mas o conjunto das visões de mundo, valores, crenças e autopercepções de seu lugar na sociedade – desenvolvidas por cada grupo social ou fração de classe" (Mendonça, 1998, p. 21).

O currículo escolar é um dos espaços no qual a disputa pela cultura se faz mais presente, ele decide quais elementos da cultura, ou conhecimentos socialmente produzidos serão passados para as próximas gerações, e quais não serão. Além disso, são feitas escolhas de qual público receberá cada tipo de currículo, pois, nas escolas privadas, frequentadas por filhos da classe dominante, os conhecimentos "clássicos" se mantêm na grade de horários; enquanto nas escolas públicas, frequentadas pelos filhos da classe trabalhadora, esses mesmos conhecimentos perdem espaço para disciplinas técnicas, socioemocionais e empreendedoras. Isso se caracteriza como uma intervenção sobre as condições de socialização do conhecimento, auxiliando na manutenção do *status-quo*.

Nesse contexto, a escola pública é um local central na disputa de hegemonias, sendo para a produção de consenso ou para a luta contra-hegemômica, por se caracterizar por um espaço aberto para discussões e contar com grande diversidade de corpos, identidades e contextos, a escola pública se torna perigosa para a classe dominante e controlar o discurso em relação à escola pública, seus professores e seu currículo passa a ser uma prioridade, então os ataques aos professores são também um ataque à possibilidade de uma educação crítica e transformadora (Penna, 2019). Esse cenário fica ainda mais explícito quando os tópicos das disciplinas de Ciências e Biologia são constantemente atacados e censurados, como o ensino de origem da vida, sexualidade, gênero e evolução, para citar alguns exemplos (ONVE, 2025).

A autocensura docente não afeta apenas a classe docente, mas sim grande parte da população, o acesso da classe trabalhadora aos conteúdos clássicos, sistematizados e cientificamente validados constitui uma via de emancipação, e não um privilégio dispensável (Saviani, 2011). Quando esses conteúdos são retirados do currículo desenvolvido por medo da censura, o que se interdita não é apenas um tema polêmico, fecha-se o acesso da classe trabalhadora a um patrimônio de conhecimento que, historicamente, sempre foi mais acessível às classes dominantes. A interdição curricular contribui, assim, para a conservação das relações sociais existentes e para a reprodução das concepções de mundo associadas aos grupos e às classes dominantes, assim como o mecanismo de produção de consenso descrito por Gramsci (2007).

No contexto de disputas por hegemonia no qual a escola pública é produzida e se produz,

dialeticamente, há a ascensão da aliança conservadora, um conceito de Apple (2002; 2003; Apple *et al.*, 2022) que nos auxilia a compreender e analisar a produção da hegemonia conservadora e sua aliança com o neoliberalismo, bem como, os seus efeitos nos contextos escolares. Essa aliança, no entanto, não disputa apenas a estrutura, o financiamento ou a gestão da escola; ela disputa, sobretudo, o currículo. O currículo nunca é neutro, mas sempre o resultado de escolhas sobre qual conhecimento é considerado legítimo, a atuação da aliança conservadora sobre a Educação pode ser lida também como uma disputa pelo conhecimento oficial (Apple, 1999), determinando quais conteúdos, autores, perspectivas e formas de conhecer terão lugar garantido no currículo escolar e quais serão marginalizados, silenciados ou expulsos dele.

A aliança conservadora tem se embrenhado nas políticas educacionais, propondo reformas que mudem o cenário em favor do capital, tais reformas têm mudado a estrutura educacional, o estreitamento da relação da escola com o trabalho tem produzido uma educação para o trabalho. Os alunos são vistos como futuros trabalhadores, ou seja, futuros consumidores, então a forma do funcionamento da escola é alterada para servir os empresários que estão famintos por futuros trabalhadores que sejam mão de obra barata, que não saiba sobre seus direitos e que esteja disposta a aceitar empregos precários, com remuneração baixa e sem a presença de sindicatos fortes. Assim, as desigualdades se acentuam, as dificuldades econômicas aumentam entre os proletários e a busca por culpados e por uma solução única e simples apresenta-se (Apple, 2002).

O projeto neoliberal almeja desviar a culpa dos fracassos provenientes das decisões das elites para os pobres e para o Estado. Porém a classe trabalhadora não é a responsável pelo fechamento de empresas e fábricas, que resultam em demissões em massa, de trabalhadores pobres, com o intuito de reabrir tais fábricas em regiões carentes de direitos trabalhistas e sindicatos. Essa transferência do poder decisório do setor público para o setor privado concentra poder em menos pessoas e desmobiliza a ação popular, alienando a classe trabalhadora de pressionar o Estado por melhorias na educação, por exemplo. Um outro lado do neoliberalismo busca financiar a educação, porém, sob determinadas condições, desde que a escola atinja os objetivos predeterminados pela iniciativa privada, que são impostos através de reformas e irão propagar ideais educacionais do neoliberalismo, que enxerga o aluno como consumidor e a educação como produto (Apple, 2002).

O sucesso do movimento neoliberal também se materializa através da tomada do senso comum, ao invés de almejar solucionar os problemas que acometem a sociedade, a ferramenta

utilizada é a ideologia, a alteração do discurso, mudança da realidade, controle da verdade. A partir desse controle, que é muito bem apoiado financeiramente, alguns conceitos são alterados no nosso senso comum, como o conceito de democracia, o qual deixa de representar a participação igualitária na política para significar o livre-mercado (isto é, a retração do Estado, resultando em abandono e precarização para a maioria pobre da população). Nesse cenário, o sistema político atual é dominado por *lobbies* de empresas bilionárias, latifundiários defendendo interesses próprios e fundamentalistas religiosos tensionando os limites da laicidade do Estado (Apple, 2002).

Nessa disputa, os neoliberais possuem grande poder econômico, caracterizando uma guerra assimétrica, visto que, utilizam essa vantagem econômica para adentrar as favelas brasileiras, difundindo sua ideologia para a classe trabalhadora através da mídia que desempenha um papel importantíssimo na disputa cultural e ideológica no Brasil. Canais de televisão como a TV Globo mobilizam discursos alarmando a população quanto aos índices de criminalidade, índices de desemprego, desempenho das escolas em provas de larga escala e ataques a escola que fabricam consenso para o discurso de privatização da escola e da utilidade de determinados temas que não irão garantir emprego num cenário tão instável da economia. Sobre isso Apple *et al.*(2022) discorre:

> Por que você está ensinando todas essas coisas em torno de assuntos que não têm utilidade econômica e destroem a família? Por que você está ensinando antirracismo? O que é isso sobre gays, lésbicas e pessoas trans? Precisamos de empregos para nossos filhos, então ensine coisas que lhes proporcione empregos (Apple *et al.*, 2022, p. 6).

Fica evidente que na disputa pela educação, dentro da aliança conservadora, os neoliberais impõem suas agendas de lucro, meritocracia, empreendedorismo e corte de gastos ao passo que cedem espaço aos populistas autoritários, que aproveitam para influenciar no currículo escolar. Assim, os professores sofrem com a facção neoliberal da aliança conservadora, que enfraquece sindicatos, corta investimentos em escolas e trava tentativas de valorização docente, não obstante a isso, os educadores recebem ataques quanto ao conteúdo do currículo escolar, com censuras, perseguições e demissões.

Diferentemente do neoliberalismo, o neoconservadorismo prega por um Estado forte e intervencionista, mas apesar disso, a aliança conservadora entre esses dois grupos tem tido grande sucesso. Os neoconservadores buscam resgatar uma "tradição" que se encontra perdida na sociedade contemporânea, segundo eles, o mundo já não é mais o mesmo, a educação piorou, os assuntos tratados nas escolas hoje em dia não seguem o "alto padrão" do passado.

Esse saudosismo escolhe especificamente o que é tradicional e o que não é, os conhecimentos dos povos originários, primeiros habitantes do Brasil, nunca são incluídos na tradição dos neoconservadores, os conhecimentos de origem afro-brasileira não são levados em conta nessa discussão.

Porém, os europeus, tanto os colonizadores portugueses, quanto os italianos e alemães que chegaram ao Brasil recebendo terras e ajuda financeira do Estado sempre são lembrados. Fica evidente a valorização de culturas brancas europeias em detrimento de culturas indígenas sul-americanas e africanas, que reflete a história do Brasil, com o genocídio dos povos originários, a escravização de negros africanos, e o fato de o Brasil ter sido o último país do continente americano a abolir a escravização. Nesse sentido, mesmo depois da abolição, os negros livres não tinham acesso à moradia, à educação e ao trabalho, restando-lhes apenas a marginalidade. O racismo também se materializou através de leis que proibiam práticas culturais ligadas ao povo descendente de escravos, a lei contra a prática da capoeira e a lei da vadiagem são dois grandes exemplos disso (Schwarcz; Starling, 2015).

Esse recorte seletivo do que conta como tradição é um exemplo paradigmático do que Apple (1999) conceitua como conhecimento oficial, onde a tradição eurocêntrica é consagrada como patrimônio curricular legítimo, enquanto os saberes indígenas e afro-brasileiros permanecem à margem do que é considerado digno de ser ensinado. Não se trata, portanto, apenas de uma disputa simbólica ou de memória histórica, trata-se de uma disputa concreta sobre o currículo prescrito nas escolas brasileiras, sobre quais autores, referências culturais e narrativas históricas nele constam.

A característica neoconservadora de ter forte intervencionismo no Estado se faz presente na educação, quando são colocados em pauta os conteúdos a serem ensinados pelos professores, a ideia desse grupo político é a de que no passado as escolas eram seguras para suas crianças, já que os conteúdos que eram ensinados eram os tradicionais, diferentemente do presente, em que, com o passar dos anos, o currículo teve certos avanços no âmbito da inclusão de assuntos que exponham os acontecimentos históricos, mesmo que eles exponham contradições em certos discursos ideológicos, e também o avanço da inclusão de tópicos que olhem para as minorias, trazendo os oprimidos para a luz do conhecimento, para que os alunos da classe trabalhadora tenham consciência de si mesmos (Apple, 2002).

Apesar das contradições dos neoliberais com os neoconservadores em relação ao nível de intervenção do Estado, a aliança conservadora utiliza os ideais neoliberais da prevalência da iniciativa privada sobre o Estado, porque percebeu que dessa forma a inserção do

conservadorismo na educação é facilitada, através de *lobbies* vinculados a empresas e ao capital. Dessa forma, a aliança conservadora beneficia ambos os envolvidos, que fazem concessões para atingirem seus objetivos (Apple, 2002).

Outro grupo que compõe a aliança conservadora, denominado por Apple *et al.* (2022) de populistas autoritários, tem ganhado muito poder político nos EUA, atuando principalmente nos espaços educacionais, causando demissões em massa de gestores educacionais, ocasionadas por atos de violência. Os perpetuadores da perseguição docente são compostos por ativistas religiosos ultraconservadores que, segundo Apple *et al.* (2022), são uma mistura dos populistas autoritários mencionados anteriormente e os conservadores tradicionais com ideologias patriarcais e racistas. A associação entre Brasil e EUA pode ser feita através dos diversos grupos evangélicos que atuam no Brasil mobilizando fiéis para o movimento neoconservador, atividade que é em grande parte financiada pelos EUA (Apple *et al*., 2022).

Destaca-se a transformação da aliança conservadora ao longo das décadas, enquanto no início do século XXI os movimentos neoconservadores se caracterizavam por sua origem em correntes intelectuais, defendendo a tradição ocidental, tendo notavelmente os gregos antigos e Roma como horizonte democrático, perderam espaço em seu próprio movimento. Em seus lugares um novo tipo de neoconservadores emergiu, com características diferentes, substancialmente mais reacionários, autoritários, homofóbicos, misóginos, racistas e extremamente religiosos (Apple *et al*., 2022). Os denominados novos neoconservadores conseguiram, de maneira criativa e eficiente, adentrar camadas sociais populares da sociedade brasileira, que tem no cristianismo, majoritariamente, sua base moral e social, utilizando-se da religião como ferramenta de convencimento de maneira extremamente eficiente. Apple *et al.* (2022) detalham que muitas pessoas moradoras de favelas, que haviam sido influenciadas pela teologia da libertação no passado, têm sido influenciadas por intelectuais orgânicos hegemônicos a adotarem ideologias conservadoras. A partir do exposto, fica claro que a aliança conservadora fez e continua fazendo um intenso trabalho de base, que faz parte de um projeto mais amplo, para cooptar parcelas da sociedade desamparadas pelo Estado. As táticas empregadas para alcançar tal objetivo, segundo Apple *et al.* (2022), envolvem escutar os anseios desses grupos de pessoas, aproveitando a situação de negligência em que se encontram e criativamente manipulando as emoções expressas em preocupações com situação financeira, insegurança alimentar e futuro dos filhos em algo que se molde no pensamento neoconservador como: proteção da família, corrupção moral, liberdade de religião e medo do seu igual.

A convergência entre mercado, tradicionalismo religioso e padronização curricular é um

projeto de longo prazo para redefinir o que conta como educação de qualidade (Apple, 2003), projeto que, como demonstrado acima, também molda decisivamente o que pode ou não ser ensinado nas escolas brasileiras atualmente. É essa disputa pelo conhecimento oficial, e não apenas a disputa pelo controle institucional da escola, que estrutura a análise dos dados do ONVE apresentada na seção seguinte.

Metodologicamente, o presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa documental, fundamentada na análise de dados secundários produzidos pelo Observatório Nacional da Violência contra Educadores (ONVE, 2025). Isso significa que os dados aqui discutidos não foram coletados diretamente pelos autores deste artigo, mas resultam de uma pesquisa quantitativa já concluída, conduzida pelo ONVE/UFF por meio de questionário online e entrevistas com professores das cinco regiões do país. O procedimento adotado neste artigo consiste, portanto, na reinterpretação qualitativa desses dados quantitativos já publicados, e não na produção de dados originais.

A seleção dos dados do relatório do ONVE (2025) privilegiou os achados relativos aos tipos de violência sofridos pela classe docente (intimidação, questionamentos agressivos, proibições explícitas de conteúdo, agressões verbais e físicas, mudanças forçadas de local de trabalho, entre outros), assim como os relatos sobre retirada de conteúdos, materiais e metodologias da prática docente, por se tratar dos dados com maior potencial analítico à luz do referencial teórico adotado. A interpretação qualitativa foi orientada pelas seguintes categorias analíticas: hegemonia, coerção, consenso, Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) e intelectuais orgânicos (Gramsci, 2007); aliança conservadora e conhecimento oficial (Apple, 1999; 2002; Apple *et al.*, 2022).

É importante reconhecer os limites desse procedimento, por se tratar da análise de dados produzidos por outra investigação. Por isso, não é possível, a partir do relatório do ONVE, aprofundar aspectos que não tenham sido diretamente perguntados aos respondentes, tampouco acessar o contexto específico de cada relato de censura. Ainda assim, alguns dados do relatório, em especial os referentes à retirada de conteúdos, materiais e metodologias da prática docente, permitem examinar as consequências curriculares da perseguição e da autocensura, na medida em que evidenciam de que forma o medo interfere na seleção do que é efetivamente ensinado em sala de aula. É a partir desses dados, articulados ao referencial teórico apresentado anteriormente, que a análise a seguir é conduzida.

Relatório do Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es: análises e discussões

Os resultados da pesquisa revelam que 90% dos educadores entrevistados já sofreram censura diretamente ou indiretamente. Além disso, 44% dos respondentes alegam ter sofrido censura 4 vezes ou mais. Já 58% dos educadores relataram tentativas de intimidação, 41% sofreram questionamentos agressivos sobre seus métodos de trabalho e 35% enfrentaram proibições explícitas de conteúdo. Os respondentes também relataram agressões verbais e xingamentos (25%), mudança forçada do local de trabalho (12%), remoção do cargo ou função (11%), agressões físicas (10%) (ONVE, 2025). Um dos conteúdos com maior índice de censura é a educação sexual, segundo Malgarezi *et al.* (2026), os movimentos conservadores utilizam pautas que coloquem em discussão a moralidade de determinados assuntos com o objetivo de provocar pânico moral (Dalmaso-Junqueira; Rojas; Lima, 2024; Miskolci; Campana, 2017; Vianna; Bortolini, 2020), utilizando discursos de defesa às crianças para angariar apoio da população, isso mostra que a educação sexual se tornou uma ferramenta para ganho de poder político. Essa estratégia é muito eficiente porque se aproveita de um tópico sensível, desconhecido e causador de medo para grande parte da população, a sexualidade, somado à narrativa de crianças como vítimas de professores que expõem esses jovens a um tema imoral (Lima *et al.*, 2025).

Além disso, autores como Trotti e Lowenkron (2023) expõem que o discurso da doutrinação escolar prejudica o desenvolvimento de atividades educacionais importantes no âmbito da educação sexual, um debate que deveria ser essencial na construção do currículo com a participação de toda a comunidade escolar se transforma em um debate sobre corrupção moral e ameaças à infância, justificando censuras de conteúdo, afastamentos e remoções de cargos. Um exemplo de censura exercida pelo Estado aconteceu em Santa Catarina com a publicação, no Diário Oficial, da Lei nº 19.776/2026 (Santa Catarina, 2026), que em seu texto discorre que os pais ou responsáveis têm o direito de vetar a participação de seus filhos em atividades pedagógicas que envolvam discussões de gênero no Estado de Santa Catarina. Esse artigo legal consolida a narrativa de que temas como gênero e sexualidade devem ser reservados para conversas particulares, no âmbito familiar (Miguel, 2021). Porém, esse discurso esbarra na falta de conhecimento básico das famílias, que preferem não comentar o assunto. Por outro lado, a escola é um ambiente heterogêneo que possibilita a convivência de pessoas com diferentes expressões de gênero e orientações sexuais, oportunizando a construção de uma familiaridade com o diferente e humanização das relações.

O Art. 3º da Lei n° 19.776/2026 fala que “As instituições de ensino deverão informar aos pais ou responsáveis sobre quaisquer atividades pedagógicas de gênero que possam ser

realizadas no ambiente escolar" (Santa Catarina, 2026, art. 3º), demonstra a normalização, através de lei estadual, da vigilância sobre os professores e suas atividades pedagógicas. Já o Art. 6º expõe o caráter punitivista dessa lei, com penalidades que variam desde "II – multa entre R$ 1.000 (mil reais) e R$ 10.000 (dez mil reais), por aluno participante, a ser aplicada em caso de reincidência; ", até "IV – cassação da autorização de funcionamento da instituição de ensino." (Santa Catarina, 2026, art. 6º). Um dos efeitos desse tipo de ação estatal é uma crescente desconfiança da escola como instituição formadora de cidadãos e dos professores como agentes responsáveis por ensinar os conhecimentos necessários para a formação dessas crianças em cidadãos plenos, essa desconfiança é proveniente de um medo inculcado há várias gerações em uma sociedade com forte tradição cristã, que reprime veementemente expressões de sexualidade. O artigo de Malgarezi *et al.* (2026) identificou que essa visão da sexualidade é uma concepção que ignora completamente o caráter histórico e social da sexualidade, interpretando-a como algo definido ou imóvel, que não deve ser debatido (Borges; Borges, 2018). Ademais, práticas pedagógicas voltadas para a educação sexual constroem conhecimentos preventivos, como o conhecimento do próprio corpo e consentimento, muito importantes para proteger crianças e adolescentes de crimes de cunho sexual, mas muitas vezes tais atividades são distorcidas e atacadas, tidas como doutrinação e corrupção moral.

Apesar dos números mostrarem que a censura é experienciada pela ampla maioria da categoria docente, de um total de 3.012 respondentes apenas 27 não passaram por nenhuma situação de censura (menos de 1%), os casos de perseguição ainda são tratados de forma fragmentada, junto a isso, os professores tendem a ser culpabilizados pela violência que sofrem.

Esses dois fenômenos juntos dificultam a análise da perseguição docente como um movimento interligado, com atores em comum e objetivo claro, fazendo com que caminhos para o enfrentamento a esses ataques sejam difíceis de serem encontrados (ONVE, 2025). Essa fragmentação é uma estratégia da aliança conservadora para dificultar a organização dos docentes enquanto classe, pois o neoliberalismo atua transferindo a responsabilidade dos problemas educacionais para indivíduos, como professores, e o neoconservadorismo cria narrativas que alimentam o discurso de perigo de doutrinação ideológica nas escolas.

Os dados do relatório do ONVE expõem a realidade vivida por docentes no chão da escola de todas as regiões do Brasil, mostrando que esse problema é amplamente difundido nacionalmente. Outro dado que revela a grande capilaridade da censura docente é que professores de todas as áreas são afetados por algum nível de censura direta ou indireta (ONVE, 2025).

A censura direta é materializada com os seguintes métodos de coerção: tentativa de intimidação (58%), questionamento agressivo sobre legitimidade de tema e/ou método de trabalho (41%), convocação para prestar contas sobre método de trabalho (36%), mudança forçada de local de trabalho (12%), remoção de cargo ou de função como forma de retaliação (11%), assédio jurídico (9%), processo criminal (3%) e suspensão (2%) (ONVE, 2025).

Esses são exemplos de coerção. É importante notar que nem todos esses métodos emanam diretamente da sociedade política, no sentido de aparato coercitivo do Estado, descrito por Gramsci (2007). O processo criminal, o assédio jurídico e a suspensão formal envolvem o acionamento de mecanismos legais e, portanto, aproximam-se da atuação da sociedade política. Já a tentativa de intimidação, o questionamento agressivo, a convocação para prestar contas e a mudança forçada de local de trabalho são, na maioria dos casos relatados, ações promovidas por gestores escolares, colegas de profissão ou familiares, agentes da sociedade civil que atuam através da escola enquanto Aparelho Privado de Hegemonia, e não como representantes formais do Estado. A eficácia dessa coerção, seja promovida pela sociedade política ou pela sociedade civil, se dá pelo consenso que legitima a ação (Apple, 2002; Gramsci, 2007). Acreditar que um professor está doutrinando as crianças em sala de aula se torna senso comum, por conta da eficácia do consenso gerado, juntando a força das punições diretas com o senso comum de que o professor é um agente doutrinador gera uma autocensura, a qual atua como mecanismo para evitar as consequências anteriormente citadas. A construção do senso comum é umas das principais vitórias da aliança conservadora, nele se encaixam discursos como “escola como preparação para o mercado de trabalho” e “ideologia de gênero” por exemplo.

É nesse ponto que a hegemonia da aliança conservadora sai vitoriosa, quando os docentes tomam conhecimento das ocorrências de censura no ambiente escolar, ainda que não os atinjam diretamente tais episódios, o que acaba causando um efeito inibitório e uma sensação de medo pairando no contexto escolar (Apple, 2002). Segundo o relatório, 77% daqueles que tiveram contato indireto com situações de censura afirmaram ter sido afetados em suas vidas profissionais (ONVE, 2025).

Esse dado demonstra que não é necessário censurar todos os docentes de uma escola, utilizando a coerção em alguns já afetará toda a comunidade escolar, o medo de sofrer as mesmas sanções que um colega já irá motivar um processo de autocensura, respostas como “Retirei alguns conteúdos, materiais ou metodologias da minha prática” ditas por 23% dos docentes e “Comecei a pensar mais sobre o que eu falava em minha atuação profissional” ditas por 68% (ONVE, 2025, p. 31) ilustram como o impacto também é observado no currículo e nas

práticas pedagógicas.

A retirada efetiva de conteúdos, materiais e metodologias, declarada por 23% dos respondentes, constitui uma operação de exclusão direta, um conhecimento que estava previsto para ser ensinado é abandonado. E o "pensar mais sobre o que se fala", declarado por 68%, constitui uma operação mais sutil e indireta, não há necessariamente exclusão de conteúdo, mas uma autovigilância permanente sobre a forma de abordá-lo, que ocasiona o esvaziamento do debate crítico, no medo de se posicionar e na redução do uso de metodologias ativas, como debates, rodas de conversa, produções dos próprios estudantes, que são preteridas por abordagens mais expositivas e "seguras". A censura modifica, assim, não apenas o que se ensina, mas como se ensina, e também a relação pedagógica em sala de aula, que passa a ser mediada pelo medo.

Essa discrepância entre o conteúdo formalmente previsto e o conteúdo efetivamente ensinado é ilustrado pelo exemplo da Lei nº 19.776/2026 (Santa Catarina, 2026) discutido anteriormente, a lei não retira formalmente os temas de gênero do currículo prescrito, mas, ao conceder aos pais o direito de vetar a participação dos filhos e ao prever multas de até R$ 10.000,00 por aluno em caso de reincidência, cria um desincentivo tão forte que o conteúdo tende a permanecer apenas no papel. O mesmo padrão se repete com os tópicos de Ciências e Biologia mencionados anteriormente (origem da vida, sexualidade, gênero e evolução), que seguem formalmente presentes nos documentos curriculares, mas cuja abordagem em sala de aula é evitada pelos próprios docentes, por medo das consequências relatadas pelo ONVE (2025).

Essas interdições não são neutras, uma vez que elas legitimam concepções específicas de ciência, família, gênero, sexualidade e sociedade. Ao se retrair diante do ensino de evolução e origem da vida, por exemplo, a escola acaba por ceder espaço, ainda que não intencionalmente, a explicações de matriz religiosa sobre a origem da vida, em detrimento do conhecimento científico consolidado. Ao evitar debates sobre gênero e sexualidade, reforça-se uma concepção de família fechada, nuclear e heteronormativa como a única legítima e transfere-se para o âmbito privado, supostamente neutro, uma discussão que, na prática, já está presente na convivência escolar cotidiana. Essas exclusões confirmam, no plano concreto da sala de aula, o mecanismo de conhecimento oficial discutido anteriormente (Apple, 1999), o currículo que resulta desse processo é um currículo extremamente ideológico, com o conservadorismo moral e religioso em seu cerne.

A naturalização da vigilância e controle sobre a autonomia dos professores é um

fenômeno intimamente atrelado aos movimentos neoliberais e neoconservadores que compõem a aliança conservadora, já que ações como retirada de conteúdo específico do currículo cumprem a função de manter o *status quo*, o que forma mão de obra barata alienada, atendendo os interesses do capital e potencializando a relação entre os discursos e práticas neoconservadores e o neoliberalismo na formação das subjetividades docentes (Apple, 2002; Gramsci, 2007).

A vida profissional não é o único aspecto da vida docente impactado com esses ataques. A vida pessoal também é fortemente impactada, contribuindo para o processo de adoecimento docente. Dos respondentes indiretamente afetados 65% passaram a se sentir mais tristes e estressados, 39% desenvolveram transtorno de ansiedade e/ou depressão e 32% passaram a sentir receio pela própria segurança (ONVE, 2025). Tais números demonstram que esse é um problema de saúde pública que deve ser investigado profundamente e encarado como prioridade nacional. Isso demonstra que ameaças e/ou possibilidades de ameaças já causam silenciamento, sem que o Estado (sociedade política) exerça força bruta sobre os docentes, a sociedade civil, composta pela própria comunidade escolar, já faz esse trabalho de censor, o medo da coerção já é suficiente para manter a hegemonia. A lógica das metas de produtividade e resultados invadiu as salas de aula na associação entre a ideologia neoliberal e a plataformização da educação, professores têm metas inalcançáveis que levam ao adoecimento, combinado com a precarização do ensino público e culpabilização individual dos docentes, resultando em consequências no aprendizado dos estudantes, na vida profissional e pessoal dos professores (Apple, 2002).

Essas pressões externas adentram a comunidade escolar por meio de múltiplos agentes que, segundo o relatório do ONVE, correspondem a profissionais da gestão (57%) e familiares (44%) como principais perpetuadores de ações de censura. Gestores escolares e professores que perpetuam a vigilância ocupam posições institucionais que lhes permitem formalizar e disseminar, dentro da própria escola enquanto APH, as normas e os discursos de controle sobre o conteúdo ensinado, cumprindo, portanto, uma função compatível com o conceito de intelectual orgânico. Familiares que denunciam docentes também exercem essa função organizativa ao mobilizar-se coletivamente (inclusive por meio de grupos de aplicativos de mensagens e reuniões de pais), eles não apenas reproduzem, mas ativamente organizam e amplificam o discurso conservador dentro do espaço escolar.

Os intelectuais orgânicos do capital, nesse caso, contribuem com um projeto reacionário de constante vigilância aos docentes, membros da comunidade escolar internalizam e

reproduzem discursos de APHs, como o "Escola sem Partido", se tornando os próprios agentes de perseguição (Gramsci, 2007; Penna, 2018). Apesar do projeto "Escola sem Partido" não ter se tornado política pública ou lei, ele ganhou muita força política e suas pautas ganharam tração e se aderiram ao senso comum, além disso, ONVE (2025) apresenta, a partir das análises do Censo escolar 2024, que o cenário das equipes pedagógicas no Brasil mostra que mais da metade dos diretores escolares (58,5%) chegam ao cargo por indicação política. Esse número expõe formas como, em alguns contextos, equipes gestoras estão comprometidas politicamente e como a via de influência política da aliança conservadora tem aberto caminhos na educação brasileira em espaços escolares. Isso mostra o sucesso da hegemonia da aliança conservadora, o gestor ou familiar que denuncia um professor por discutir gênero atua como um agente da sociedade civil dentro do Estado Integral (Gramsci, 2007), exercendo, através do consenso que ele próprio ajuda a construir, uma forma de coerção que independe da ação direta da sociedade política.

A partir da análise dos dados ancorada nos referenciais que balizam este artigo, a perseguição a educadores não se restringe a episódios isolados de violência ou censura; trata-se de um processo sistemático e capilarizado que combina a coerção direta do Estado com a produção de consenso na sociedade civil, operacionalizada por Aparelhos Privados de Hegemonia e seus intelectuais orgânicos. A eficácia desse processo é demonstrada pelos altos índices de autocensura entre os docentes, mesmo entre aqueles que não sofreram censura direta. O medo e a internalização do discurso reacionário produzem um silenciamento que dispensa a violência física, revelando a força da hegemonia conservadora no campo educacional. Os dados sobre o impacto na saúde mental dos educadores, como ansiedade, depressão, estresse, evidenciam que o fenômeno transcende a esfera profissional e se configura como um problema de saúde pública (Apple, 2002; Gramsci, 2007).

Os dados do relatório ONVE analisados a partir do referencial teórico de Gramsci e do conceito de aliança conservadora (Apple, 2002; Gramsci, 2007), revelam que o Estado Integral atua para neutralizar e censurar a classe trabalhadora, nesse caso, especificamente a classe docente. Apesar disso, existem resistências que, assim como os ataques, também vêm de dentro da comunidade escolar, como revelam os dados de que 59% do acolhimento que os docentes recebem vem de colegas de trabalho. Porém os esforços da classe dominante para desmobilizar a classe trabalhadora geraram frutos, pois apenas 21% do acolhimento recebido vem de sindicatos, mostrando a baixa adesão sindical por parte dos professores e/ou necessidade de uma maior atuação dos sindicatos diante desse cenário.

Considerações finais

A pergunta central do artigo "Como a associação entre consenso, coerção e Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) se materializa na perseguição e na autocensura docente, e de que forma esses processos operam como mecanismos de controle curricular e de seleção de conhecimentos escolares?" encontra resposta na articulação entre os dados do relatório do Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es (ONVE, 2025), o referencial teórico de Antonio Gramsci e o conceito de "Aliança Conservadora".

A perseguição ocorre como coerção direta, geralmente exercida pela sociedade política através de processos criminais, sanções administrativas formais. No entanto, ela só é eficaz pela formação de consenso produzido pela sociedade civil, por meio de APHs (intimidações, cobranças, mudanças forçadas do local de trabalho). Assim, a coerção indireta, produzida pelo consenso, legitima a coerção direta (ONVE, 2025). A análise constata que a violência vem tanto de fora, com a organização de intelectuais orgânicos do capital produzindo hegemonia a partir da aliança conservadora, quanto de dentro do espaço escolar, com gestões e familiares alinhados a esse projeto, e de dentro dos próprios docentes, com a autocensura resultante do medo das consequências do trabalho pedagógico.

O efeito mais evidente dessa dinâmica é curricular: os dados analisados mostram uma distância crescente entre o currículo prescrito nos documentos oficiais e o currículo efetivamente desenvolvido em sala de aula, marcado pela retirada de conteúdos, pela modificação de metodologias e pela autovigilância permanente sobre o que pode ou não ser dito. Esse currículo do medo tem consequências diretas para os estudantes, restringindo o acesso ao conhecimento científico sobre a origem da vida e a evolução, à educação sexual, aos estudos de gênero e sexualidade e às diferentes interpretações históricas e sociais, conhecimentos que, como discutido anteriormente, constituem parte do patrimônio cultural ao qual a classe trabalhadora tem direito de acesso pela via da escola pública.

Dessa forma, o Estado não precisa utilizar ferramentas que possam gerar dissidência como a violência física, nem atacar todos os professores, apenas através do controle de discursos a própria comunidade docente já faz o trabalho de coerção pelo Estado, por meio da autovigilância e autocensura. Portanto, se a hegemonia do discurso da classe dominante é construída a partir da sociedade civil, dos APHs e seus intelectuais a partir da aliança conservadora, o movimento contra-hegemônico também emergirá da organização da sociedade civil e seus intelectuais contra-hegemônicos, colocando em pauta um projeto de educação

brasileira que reivindique não apenas a escola como espaço de liberdade e autonomia docente, mas também o currículo como território de disputa pelo direito de todos os estudantes ao conhecimento científico, histórico e culturalmente diverso.

Agradecimentos
Ao Observatório Nacional da Violência contra Educadores (ONVE/UFF) pelos dados e a todos os docentes que compartilharam suas experiências. À bolsa de extensão que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa Edital nº 8/2025/PROEX/UFSC.

Referências

APPLE, Michael Whitman. **Conhecimento oficial**: a educação democrática numa era conservadora. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

APPLE, Michael Whitman. Endireitar a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, [*S. l.*], v. 2, n. 1, p. 55-78, 2002. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/appleeng.htm. Acesso em: 21 jun. 2026.

APPLE, Michael Whitman. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, Michael Whitman; LIMA, Iana Gomes de; GOLBSPAN, Ricardo Boklis; SANTOS, Graziella Souza dos; GANDIN, Luís Armando. Aliança conservadora na educação brasileira: revisitando a obra Educando à Direita: entrevista com Michael W. Apple. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-19, 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.20984.091. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/pt_BR/article/view/20984. Acesso em: 13 jun. 2026.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230039, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230039. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PK43y8kghf9JDty4pftJS4n/?lang=pt. Acesso em: 13 jun. 2026.

DALMASO-JUNQUEIRA, Bruna; ROJAS, Maria Teresa; LIMA, Iana Gomes de. Agenda Antigênero na Educação: análise relacional comparada do Brasil e do Chile. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 18, n. 42, p. 937-957, 2024. DOI: https://doi.org/10.22420/rde.v18i42.2238. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2238. Acesso em: 25 jul. 2026.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papirus, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

LIMA, Iana Gomes de; DALMASO-JUNQUEIRA, Bruna; FERREIRA, Jaqueline Garske; SANTOS, Gabriel Dias dos; BRAGA, Willian Dalmagro. O vocabulário do conservadorismo na educação brasileira: um glossário em construção. **Currículo sem Fronteiras**, [*S. l.*], v. 25, e1140, p. 1-34, 2025. DOI:10.35786/1645-1384.v25.1140. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/389553134_O_Vocabulario_do_Conservadorismo_na_Educacao_Brasileira_um_glossario_em_construcao. Acesso em: 9 maio 2025.

MALGAREZI, Vitor Apolinário; DALMASO-JUNQUEIRA, Bruna; SANTOS, Graziella Souza dos; LIMA, Iana Gomes de. El pánico de la educación sexual en el vocabulario conservador: qué dicen las comunidades escolares de Florianópolis, Brasil. **Haciendo Foco**: apuntes para el debate, Montevideo, n. 11, p. 14-24, 2026. Disponível em: https://fhce.edu.uy/oded/wp-content/uploads/sites/3/2026/05/Dossier_11.pdf#page=16. Acesso em: 17 ago. 2026.

MASSON, Gisele. Relações entre Estado, sociedade e educação. *In*: SOUZA, Andreliza Cristina de (org.). **Políticas educacionais: legislação e desafios contemporâneos**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2024. p. 62-81.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Sociedade. *In:* MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História:** pensar e fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 15-28.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da "ideologia de gênero" no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 62, e216216, p. 1-14, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/18094449202100620016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/abstract/?lang=pt. Acesso em: 15 jun. 2026.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/s0102-69922017000300725. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt. Acesso em: 15 jun. 2026.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA VIOLÊNCIA CONTRA EDUCADORAS/ES (ONVE). **Um estudo quantitativo da perseguição a educadoras/es no Brasil**. Niterói: ONVE, 2025. (Ameaças à educação democrática, v. 1). Disponível em: https://onveuff.com/wp-content/uploads/2025/11/Um-estudo-quantitativo-da-perseguicao-a-educadores-no-Brasil-2025.pdf. Acesso em: 7 nov. 2026.

PENNA, Fernando de Araujo. O discurso reacionário de defesa do projeto "Escola sem Partido": analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio: Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, v. 20, n. 3, p. 567-581, 2018. DOI: https://doi.org/10.22483/2177-5796.2018v20n3p567-581. Disponível em: https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3240. Acesso em: 3 jun. 2026.

PENNA, Fernando de Araujo. A defesa da "educação domiciliar" através do ataque à educação democrática: a especificidade da escola como espaço de dissenso. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 24, n. 42, p. 8-28, 2019. Disponível em: https://www.educacaodomiciliar.fe.unicamp.br/sites/www.educacaodomiciliar.fe.unicamp.br/files/2023-05/A%20DEFESA%20DA%20%E2%80%9CEDUCA%C3%87%C3%83O%20DOMICILIAR%E2%80%9D%20ATRAV%C3%89S%20DO%20ATAQUE.pdf. Acesso em: 3 jun. 2026.

PENNA, Fernando de Araujo; AQUINO, Renata; MOURA, Fernanda. Propondo uma definição de perseguição a educadoras(es) baseada na educação democrática. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, p. 1-20, 2024. https://doi.org/10.1590/ES.274629_port Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/hbhChqZNXvVr33ct6R8nKHn/?lang=pt. Acesso em: 3 jun. 2026.

SANTA CATARINA. Lei nº 19.776, de 1º de abril de 2026. Assegura aos pais e responsáveis o direito de vedar a participação de seus filhos em atividades pedagógicas de gênero no âmbito do Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, n. 22.728, p. 1-2, 6 abr. 2026. Disponível em: https://leis.alesc.sc.gov.br/ato-normativo/53970. Acesso em: 7 nov. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. (Coleção educação contemporânea).

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Rodrigo Diego de. **Trabalho e formação de professores de biologia no estado do Paraná, Brasil**. 2019. 284f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215177. Acesso em: 17 ago. 2026.

TROTTI, Bárbara Araújo; LOWENKRON, Laura. Pânicos morais, sexualidade e infância: a fabricação do "kit gay" como artefato político na disputa presidencial de 2018 a partir da rede social Twitter. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 39, e22318, p. 1-31, 2023. DOI:10.1590/1984-6487.sess.2023.39.e22318.a.pt. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/SexualidadSaludySociedad/article/view/76534. Acesso em: 12 ago. 2026.

VIANNA, Claudia; BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, p. 1-25, 2020. https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046221756. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022020000100558. Acesso em: 12 ago. 2026.

SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)

Felipe da Silva Chaves. Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/5044993441667231

Rodrigo Diego de Souza. Doutor em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente na Universidade Federal de Santa Catarina. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/9960117430935201

Como citar
CHAVES, Felipe da Silva; SOUZA, Rodrigo Diego de. As violências contra professores no Brasil: coerção, consensos e controle curricular. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 19, n. 3, e80132, 2026. DOI: 10.15687/rec.v19i3.80132.